



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

UÉZILA VICTÓRIA LOPES FELIPE DA SILVA

RAÍZES QUE ME SUSTENTAM: MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO
AGROECOLÓGICA.

RECIFE - PE

2026

UÉZILA VICTÓRIA LOPES FELIPE DA SILVA

RAÍZES QUE ME SUSTENTAM: MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO
AGROECOLÓGICA.

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Agroecologia

Orientador(a): Prof. Rebeca Oliveira Duarte

RECIFE - PE

2026

S586r Silva, Uézila Victória Lopes Felipe da.
Raízes que me sustentam: memórias de uma formação agroecológica / Uézila Victória Lopes Felipe da Silva. - Recife, 2026.
50 f.; il.

Orientador(a): Rebeca Oliveira Duarte.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Ecologia agrícola . 2. Tranças (Penteados). 3. Educação étnico-racial. 4. Juventudes negras 5. Territórios periféricos. I. Duarte, Rebeca Oliveira, orient. II. Título

CDD 630.2745

UÉZILA VICTÓRIA LOPES FELIPE DA SILVA

RAÍZES QUE ME SUSTENTAM: MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO
AGROECOLÓGICA.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 09 de Fevereiro de 2026.

Ana Cláudia de Lima e Silva

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa. Dra. Rebeca Oliveira Duarte.

Orientador(a)

Prof. Dr. José Nunes da Silva

UFRPE

Profa. Dra. Gilvânia de Oliveira Silva

UFRPE

Prof. Dr. Aristeu Portela Júnior

UFRPE

Dedico este trabalho a cada criança e adolescente da CCB Social que caminhou comigo durante essa trajetória. Foram eles que, no cotidiano das aulas, conversas, brincadeiras e trocas, me ensinaram na prática o que significa ser educadora. Cada gesto, cada curiosidade, cada desafio e cada afeto contribuíram para moldar a profissional e a pessoa que me tornei. Este memorial é também fruto do aprendizado vivo que construímos juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos meus ancestrais e à espiritualidade que me conduziu até aqui. Antes mesmo de ser meu, este memorial carrega consigo a força de todos que vieram antes de mim — aqueles que abriram caminhos, sustentaram sonhos que não puderam viver, e plantaram em mim a coragem para seguir. É por eles e graças a eles que hoje consigo chegar até aqui, com a certeza de que não caminho só.

Agradeço profundamente à minha mãe, Gizelda Lopes da Silva, que sempre foi peça fundamental na construção de quem sou. Minha maior incentivadora, minha fortaleza, a mulher que me apresentou à agroecologia antes mesmo que eu entendesse seu significado. Foi ela quem me ensinou sobre cuidado, sobre terra, sobre coletividade, e quem sempre me impulsionou a perseguir meus sonhos mesmo quando tudo parecia distante. Agradeço também à minha irmã, Júlia Letícia Lopes Felipe da Silva, que em todos os momentos me incentivou, me apoiou e me deu forças para continuar caminhando. A presença e o amor dela foram fundamentais para que eu pudesse permanecer, mesmo diante de tantas tempestades.

Estendo minha gratidão à CCB Social, que além de ter sido o campo do meu ESO 1, foi também minha casa durante quase todo o percurso na universidade. Foi o lugar que me acolheu, que me devolveu território, pertencimento e sentido. Ali reencontrei minha força, construí vínculos e compreendi, na prática, que a educação nasce do encontro e do afeto. Em especial, agradeço à Fernanda Felipe, minha coordenadora, uma das primeiras pessoas a acreditar no meu trabalho. Fernanda sempre me incentivou, me ofereceu oportunidades e confiou na minha capacidade quando eu mesma ainda duvidava. Sua escuta e seu cuidado ampliaram meu caminho e me ajudaram a crescer como educadora e como pessoa.

Agradeço igualmente à AMPAC, especialmente a Dona Eurídice, que me acolheu com generosidade para realizar o ESO 2 e confiou no meu trabalho desde o primeiro dia. A convivência com ela e com as mulheres da associação expandiu minha visão sobre resistência, cuidado e organização comunitária. Foi um privilégio partilhar daquele território e aprender com tantas histórias, lutas e afetos.

Meu agradecimento também à professora Rebeca Duarte, minha orientadora, por sua paciência, empatia e sensibilidade durante todo o processo de construção deste memorial. Rebeca me acompanhou com respeito, atenção e humanidade, entendendo meus limites, acolhendo meus tempos e me impulsionando a reconhecer a potência da minha própria trajetória. Sua orientação foi mais que acadêmica: foi um gesto de cuidado.

Por fim, agradeço à minha trajetória como trançista, ofício que não apenas me sustentou financeiramente, mas fortaleceu minha identidade enquanto mulher negra, ancestral e periférica. Foram as tranças que me mantiveram na universidade quando não tive assistência estudantil; foram elas que me ajudaram a permanecer, mesmo vinda do interior, enfrentando tantas dificuldades. As tranças não foram apenas fonte de renda: foram resistência, cura, encontro, cuidado, afirmação e memória. Através delas aprendi que educar é também trançar histórias, conectar pessoas e honrar quem veio antes. Elas são parte viva da minha formação — assim como tudo o que carrego comigo até aqui.

*“A nossa história é feita de resistência, e é nela que encontramos força para
reinventar o viver.”*
— Lélia Gonzalez

RESUMO

Este Memorial apresenta a minha trajetória no Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, atravessada pela experiência de atuar como trançista e educadora social em contextos periféricos. Ao longo do curso, as tranças — inicialmente um meio de sustento — se afirmaram como uma prática carregada de sentidos: cuidado, ancestralidade, construção identitária e fortalecimento das juventudes negras. A partir das oficinas realizadas em comunidades, escolas, ONGs e instituições públicas, discuto como essa prática dialoga com princípios agroecológicos, sobretudo no que diz respeito à valorização de saberes tradicionais, às relações horizontais e à promoção da vida de forma digna. O memorial articula vivências formativas, relatos, registros e reflexões teóricas que conectam território, educação étnico-racial e práticas ancestrais. Além disso, evidencia o papel da universidade na formação de profissionais que compreendem a agroecologia não apenas como técnica, mas como caminho para justiça social, autonomia e reconhecimento das múltiplas expressões culturais presentes nos territórios periféricos. Por fim, reforço a importância de reconhecer saberes produzidos por mulheres negras, jovens e comunidades que, com resistência e criatividade, sustentam práticas de cuidado, pertencimento e transformação social.

Palavras-chave: Agroecologia. Tranças. Educação étnico-racial. Juventudes negras. Territórios periféricos.

ABSTRACT

This memorial presents my trajectory in the Bachelor's Degree in Agroecology at the Federal Rural University of Pernambuco, shaped by my experiences as a braider and social educator in peripheral communities. Throughout the course, braiding—initially a means of livelihood—became a practice filled with meaning: care, ancestry, identity formation, and the strengthening of Black youth. Based on workshops conducted in communities, schools, NGOs, and public institutions, I discuss how this practice dialogues with agroecological principles, particularly through the valorization of traditional knowledge, horizontal relationships, and the promotion of dignified ways of living. The memorial articulates formative experiences, narratives, records, and theoretical reflections that connect territory, ethnic-racial education, and ancestral practices. It also highlights the role of the university in the training of professionals who understand agroecology not only as a technical field, but as a pathway toward social justice, autonomy, and the recognition of diverse cultural expressions present in peripheral territories. Finally, it reinforces the importance of acknowledging the knowledge produced by Black women, youth, and communities that, through resistance and creativity, sustain practices of care, belonging, and social transformation.

Keywords: Agroecology. Braids. Ethnic-racial education. Black youth. Peripheral territories..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Minha mãe e minha irmã	16
Figura 2 – Ocupação de terra em Paraiso do Sul	17
Figura 3 – Apresentação do PIBIC	36
Figura 4 – As raízes do meu cabelo	48
Figura 5 – O poder de mulheres negras	48
Figura 6 – Reunião AMPAC, junto com a Marcha Mundial de Mulheres	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEP	Bacharelado em Agroecologia Campesinato e Educação Popular
CCB	Casa da Comunidade do Berado
ESO I	Estágio Supervisionado I
ESO II	Estágio Supervisionado II
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
2 DESENVOLVIMENTO.....	23
2.1 METODOLOGIA.....	23
2.2 PERCURSOS DA MINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	25
2.1.1 JORNADA NO BACEP.....	30
Resultados do Estágio e Contribuições Formativas - ESO I	41
Resultados do Estágio e Contribuições Formativas - ESO II	46
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Sou Uézila, jovem negra vinda do interior, da cidade de São Benedito do Sul, na Mata Sul de Pernambuco. Sou filha de Gizelda Lopes da Silva, mulher negra, mãe solo, pedagoga e técnica em Agroecologia, uma mulher de luta, de firmeza, de coragem ancestral, de caminhada resistente, de força miúda e imensa ao mesmo tempo, que sustenta o mundo com as próprias mãos. Uma mulher que se fez e se refez na dureza da vida, que abriu caminhos onde antes havia silêncio, que plantou futuro em terreno árido e transformou desafios em possibilidades.

Sou também irmã de Júlia Letícia Lopes Felipe da Silva, adolescente negra, com quem compartilho não apenas laços de sangue, mas sonhos, histórias e um sentimento profundo de pertencimento. Somos, todas nós, mulheres do interior, atravessadas por raízes profundas, memórias fortes e uma ancestralidade que nos guia como rio que nunca seca.

Figura 1 - Minha mãe e minha irmã



Fonte: Autoria Própria (Dezembro 2025)

Minha vivência com as lutas começou em 2010, quando minha mãe passou a integrar o MST em nossa cidade. Foi ali que demos os primeiros passos dentro das mobilizações populares, aprendendo, juntas, o que significa defender terra, dignidade, moradia e direitos. Desde cedo, o Movimento Sem Terra foi o espaço onde entendi que a luta por justiça social não era algo distante: ela atravessava nosso corpo, nossa casa, nossa sobrevivência.

Figura 2 - Ocupação de terra em Paraíso do Sul.



Fonte: Autoria Própria

Alguns anos depois, buscando melhores condições de vida e em busca de novos conhecimentos, minha mãe teve a oportunidade de ingressar no curso técnico de Agroecologia do SERTA. Essa formação não veio apenas como um diploma ou como um aprendizado técnico, ela representou uma virada profunda na história da nossa família. Quando minha mãe conheceu a agroecologia, ela trouxe para dentro do nosso lar muito mais do que técnicas de cultivo: trouxe consciência crítica, organização comunitária, valorização da nossa identidade e o desejo de pertencimento a um território digno, seguro e fértil.

A agroecologia chegou para nós como uma forma de enxergar o mundo: aprendemos a olhar para a terra com mais respeito, a entender os processos sociais que nos atravessam, a reconhecer nossas raízes e a compreender que cuidar do território também é cuidar da gente. Minha mãe passou a falar sobre direitos, sobre autonomia, sobre fortalecer mulheres, sobre construir relações que não reproduzam desigualdades. Ela trouxe para dentro de casa debates sobre feminismo camponês, economia solidária, soberania alimentar, juventudes rurais, diversidade de saberes e o valor de se manter firme na luta por terra e território.

E foi através dela, da sua força e do seu processo de formação, que tive meu primeiro contato com a agroecologia. E confesso: foi também o meu primeiro contato com um sentimento genuíno de afeto e pertencimento sobre o que é fazer agroecologia. Não era só plantar e colher. Era construir identidade, cuidar das pessoas, transformar realidades, fortalecer vínculos e compreender que a terra é extensão da nossa existência. A agroecologia, para mim, nasceu como um abraço, um caminho que faz sentido porque está enraizado na nossa história, na nossa luta e no nosso desejo coletivo de viver com dignidade.

Nesse meio tempo, também começo a reencontrar minhas raízes, não apenas as que crescem da terra, aprendidas com a agroecologia, mas as que crescem de mim. Enquanto mulher parda, negra de pele clara, passo a me reconhecer e a me provocar sobre quem eu era e quem eu poderia ser. E esse processo, de forma curiosa e simbólica, começa pelo meu cabelo.

Ao olhar para ele, entendi que ali havia mais do que fios: havia história, ancestralidade, força e tudo aquilo que por muito tempo me ensinaram a negar. Percebi que minha raiz merecia estar livre, livre dos alisamentos, das dores, das imposições estéticas que enfraqueciam não apenas meus fios, mas também a minha identidade enquanto jovem negra vivendo no interior.

A partir desse gesto de libertação, aparentemente simples, começo a me perceber de outra forma. A me olhar com mais honestidade. A me acolher. A entender que ser uma jovem negra é, por si só, um ato político de resistência, presença e afirmação. É nesse período que passo a construir com mais nitidez a consciência da minha negritude, da minha trajetória e da importância de ocupar espaços que historicamente não foram feitos para mulheres como eu.

Em 2019, inicio um novo capítulo da minha relação com minha identidade: começo a trançar. Minha tia Gizélia, irmã da minha mãe, também mulher negra, enraizada, habilidosa, criativa, dona de uma estética ancestral que carrega em si história e resistência, foi a primeira pessoa a me colocar em contato real com as tranças. Cabelereira e referência afetiva, ela não apenas trançou meu cabelo pela primeira vez, como também me ensinou a fazer minha primeira trança.

A partir daquele gesto simples, feito dentro de casa, algo se abriu em mim. Comecei a trançar minha família: minha tia, minha prima, minha irmã, minha mãe, todas passaram pelas minhas mãos. Nossa própria casa virava espaço de cuidado, troca, afeto e fortalecimento. E, aos poucos, aquilo que começou entre nós começou a ser visto pela cidade. No interior, onde quase ninguém usava tranças e era ainda mais difícil encontrar alguém que soubesse fazer, as pessoas começaram a perceber nossos cabelos, admirar, perguntar, desejar experimentar.

Foi então que comecei a trançar como forma de trabalho, tornando-me uma das primeiras pessoas da minha cidade a trançar cabelos. Essa oportunidade me mostrou que a trança vai muito além do valor estético; ela atravessa nossas raízes, nossa ancestralidade, nossa autoestima, nossa história enquanto povo negro. Perceber que minhas mãos podiam elevar a autoestima de tantas mulheres e, em sua maioria, mulheres negras, transformou completamente minha relação com essa prática. Deixou de ser apenas um trabalho para se tornar um ato de cuidado, acolhimento, reconhecimento e afirmação. Entendi que trançar é um gesto político, é tocar memórias, é devolver orgulho, é reafirmar beleza onde o racismo tantas vezes tentou apagar.

Nesse mesmo período, inicio o curso Técnico em Agroecologia no SERTA, seguindo os passos da minha mãe, mas também trilhando meu próprio caminho dentro desse universo. Enquanto eu vivia esse processo formativo, minha cidade começava a passar por uma transformação significativa. O que antes era a Secretaria de Meio Ambiente passa a ser a Secretaria de Agroecologia, e São Benedito do Sul, conhecida como a cidade das águas e das cachoeiras, passa a ser reconhecida também como a cidade das águas e da agroecologia.

Pouco tempo depois, essa mudança simbólica ganhou força política: foi aprovado na Câmara Municipal o projeto que torna São Benedito do Sul a primeira cidade do Brasil a ter uma Secretaria de Agroecologia e a terceira do estado a sancionar uma Lei Municipal de Agroecologia. Esse marco histórico não só transformou o território, como também ampliou meu sentimento de orgulho e pertencimento. Eu crescia como estudante agroecológica ao mesmo tempo em que minha cidade também se reinventava e se fortalecia nesse caminho.

Essa mudança representou muito mais do que um novo nome: simbolizou o fortalecimento de um modo de viver, produzir e se relacionar com a terra. E, a partir disso, eu e outros amigos do município que também cursavam Agroecologia começamos a realizar nossas aulas práticas em diferentes comunidades e espaços da cidade. Isso nos permitiu contribuir diretamente para o avanço da agroecologia no território, ao mesmo tempo em que fortalecíamos nossa formação técnica e afetiva.

Trabalhar dentro do próprio município, enxergando as potencialidades e desafios do lugar onde cresci, fez com que eu compreendesse ainda mais a importância de cuidar da terra, da água e das pessoas. Foi nesse movimento de estudar e agir, teoria e prática, que a agroecologia deixou de ser apenas um conteúdo do curso e passou a ser uma forma de vida, marcada pelo pertencimento, pelo compromisso comunitário e pela transformação do território.

Enquanto cursava o Técnico em Agroecologia no SERTA, eu também estava matriculada na Licenciatura em História pela Faculdade Famasul, localizada em outro município, Palmares. Mesmo gostando do curso, meu coração já guardava um desejo antigo: fazer uma graduação em Agroecologia. Sentia que esse era o caminho que mais conversava com a minha trajetória, com minha identidade e com tudo que eu já vivia ao lado da minha mãe e no meu território.

Foi então que, certo dia, minha mãe me enviou o link de inscrição para o Bacharelado em Agroecologia na UFRPE. Lembro como se fosse hoje: era o último dia para se inscrever. Ela insistiu para que eu não deixasse a oportunidade passar e, confiando no seu incentivo, como sempre fiz, finalizei minha inscrição.

Algum tempo depois, recebi a notícia de que meu nome estava na lista de aprovados. Ao ver o resultado, organizei rapidamente a documentação necessária e tomei a decisão de encerrar minha trajetória na Licenciatura em História para iniciar um novo ciclo no curso que, de fato, dialogava com minha história, meu território e meus planos de futuro.

Depois de ver meu nome na lista de aprovados, precisei reorganizar minha vida. Decidi me mudar para Recife para garantir um deslocamento mais acessível e um melhor aproveitamento do curso. Era inviável continuar viajando diariamente entre municípios, tanto pelo tempo gasto quanto pelos custos envolvidos no transporte e nas despesas adicionais.

Quando cheguei ao Recife, minha primeira forma de sustento foi através das tranças. Foi com o dinheiro desse trabalho que pude pagar meu aluguel, minhas passagens e até mesmo minhas refeições na universidade. As tranças, desde o início até o fim da graduação, foram fundamentais para que eu conseguisse permanecer na universidade.

E não somente como apoio financeiro. Trançar também me trouxe afetos, encontros e aprendizados. A cada atendimento, eu criava vínculos, construía trocas e encontrava força para lidar com a distância da minha família. As tranças me ajudaram a sustentar não apenas a vida material, mas também a emocional, fortalecendo minha identidade, reafirmando minhas raízes e ampliando minha compreensão sobre o que significa ser uma jovem negra em movimento. Como afirma Nilma Lino Gomes (2005), o cabelo e as práticas que o envolvem são parte de um processo de autodefinição, resistência e reconstrução da identidade negra, especialmente para mulheres que, como eu, buscam se reconhecer e se afirmar em meio a tantas disputas simbólicas. Trançar, portanto, tornou-se para mim um ato político e pedagógico: um caminho para cuidar de mim, para fortalecer outras mulheres negras e para manter vivas as raízes que atravessam o meu corpo, minha história e o meu território.

Em 2023, conheci a CCB — Casa da Comunidade do Berardo, uma ONG localizada na comunidade do Berardo, no bairro do Prado, em Recife. A CCB foi um dos lugares que mais me acolheu e acreditou no meu trabalho. Ali, pude me reconhecer, pela primeira vez, como educadora. Foi o primeiro espaço onde tive a oportunidade de falar sobre agroecologia de forma educativa, dialogando com crianças, adolescentes e jovens a partir das minhas vivências e do meu território ao reconhecer a potência dos saberes periféricos e a importância da escuta ativa, a educação popular rompe com a lógica verticalizada do ensino e propõe uma pedagogia do território e da ancestralidade. Como afirma Brandão, aprender com o outro é também partilhar a vida, reconhecer a força dos saberes construídos no cotidiano e compreender que todo conhecimento nasce do encontro (Brandão, 1982).

A CCB me trouxe novos aprendizados, ampliou meu olhar sobre comunidade, território, negritude e sociedade, e fortaleceu minha compreensão sobre a importância da educação popular e da atuação social. Foi ali que percebi que meu percurso com as tranças e com a agroecologia poderia se encontrar de forma potente e transformadora dentro de processos educativos. E Freire (1996) afirma que “a educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela, tampouco a sociedade muda”. Ao reconhecer a potência dos saberes periféricos e a importância da escuta ativa, a educação popular rompe com a lógica verticalizada do ensino e propõe uma pedagogia do território e da ancestralidade.

Toda essa trajetória, desde minhas primeiras vivências com a agroecologia no interior, passando pela descoberta da minha identidade racial através do cabelo, até chegar às tranças como ofício e às práticas educativas, construiu o caminho que hoje fundamenta este memorial. As experiências que vivi não são fragmentadas: elas se entrelaçam, assim como os fios que guiam meu trabalho. Entre território, universidade, comunidade, tranças, ancestralidade e educação, fui encontrando sentido e construindo pertencimento. É desse conjunto de vivências, afetos, práticas e descobertas que nasce a proposta deste estudo, que trata a agroecologia não apenas como técnica de cultivo, mas como expressão de resistência, pertencimento e construção de outros modos de existência.

Ao longo desses anos, percebi que minha atuação como trancista, educadora social e estudante de Agroecologia não são dimensões separadas. Elas dialogam, se fortalecem e se ampliam mutuamente. É justamente dessa intersecção que surge meu interesse em compreender a agroecologia como uma prática que atravessa o corpo, a memória, o cuidado e o território, e como essa prática se torna uma ferramenta pedagógica potente para trabalhar educação étnico-racial com juventudes negras.

Assim, este memorial se constrói a partir da minha própria caminhada, utilizando a experiência vivida como ponto de partida e como lente para refletir sobre raízes, identidades, juventudes e agroecologia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Neste memorial trago minha trajetória enquanto estudante do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE, desde meu ingresso em 2021.2 até o último semestre do curso, 2025.2, finalizado em fevereiro de 2026. Para construí-lo, revisei minha caminhada acadêmica a partir de diferentes registros produzidos ao longo da graduação: materiais de estudo trabalhados pelos docentes, atividades e produções realizadas nas disciplinas, e os documentos elaborados durante os estágios supervisionados e imersões nos territórios. Ao retomar essas experiências, busquei compreender como cada etapa contribuiu para a minha formação crítica, técnica e humana, revelando os caminhos que percorreram meus aprendizados.

Também incorporo neste trabalho minhas vivências enquanto jovem negra em movimento, trancista e educadora, dimensões que constituem minha formação para além dos muros da universidade. Essas experiências ampliam minha leitura de mundo e fortalecem minha atuação nos territórios, permitindo que eu estabeleça diálogos entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos que carrego da minha trajetória pessoal, comunitária e cultural. São elas que me possibilitam reconhecer a agroecologia como prática, identidade e compromisso político, e que me impulsionam a levar aprendizados da universidade para outros espaços, ao mesmo tempo em que trago esses outros mundos para dentro da formação acadêmica.

A escolha por desenvolver esta pesquisa nasce do encontro entre minha trajetória pessoal, minha atuação como trançista e educadora social e minha formação em Agroecologia. Ao longo do curso, compreendi que a agroecologia ultrapassa o campo produtivo e o manejo da terra: ela é também uma prática social, cultural e política capaz de transformar vidas e fortalecer identidades, especialmente em territórios periféricos. Segundo Altieri (2012), a Agroecologia "integra saberes tradicionais e científicos, promovendo uma agricultura ecológica que respeita as dinâmicas dos ecossistemas e das culturas locais". Mais do que produzir alimentos, trata-se de produzir vida, subjetividades e pertencimento.

É a partir dessa perspectiva ampliada que construo este trabalho, entendendo a Agroecologia não apenas como um conjunto de técnicas, mas como uma ferramenta de resistência, pertencimento e reconstrução de mundos.

Minha experiência com as tranças, com a negritude e com a educação popular me mostrou que existem muitas formas de cultivar, cultivar vínculos, memórias, autoestima, autonomia e consciência racial. Nas periferias, percebo diariamente que a vida se organiza em redes que lembram profundamente as bases da agroecologia: troca de saberes entre vizinhos, circulação de sementes e plantas medicinais, práticas de cuidado comunitário, uso de quintais como estratégia de renda e de soberania, preservação de conhecimentos ancestrais transmitidos entre mulheres, e a criatividade como força de reinvenção diante das dificuldades. Esses elementos revelam que a agroecologia está presente mesmo onde não se nomeia como tal, enraizada no cotidiano de famílias negras e periféricas que reinventam seus modos de viver.

Assim, este estudo busca evidenciar que a Agroecologia pode, e deve, ser reconhecida como uma prática de transformação social nos territórios urbanos, aproximando saberes ancestrais de processos educativos que valorizem a identidade negra e fortaleçam as juventudes. Ao relacionar as tranças às bases da agroecologia, procuro revelar como ambas envolvem cuidado, tempo, escuta, afeto, resistência e memória. As tranças, enquanto tecnologia ancestral e estética política, tornam-se também caminho pedagógico para discutir raça, pertencimento, autoestima e ancestralidade com jovens negros e negras.

Para reafirmar essa compreensão ampliada da Agroecologia, realizei meus dois Estágios Supervisionados Obrigatórios em territórios periféricos e urbanos. O

primeiro (ESO I) aconteceu na Casa da Comunidade do Berardo (CCB Social), na comunidade do Berardo, onde atuo como educadora desde 2023. A CCB foi o espaço que me acolheu enquanto pessoa e profissional, e onde pude aprofundar o diálogo entre Agroecologia, identidade racial e educação popular. O segundo estágio (ESO II) foi realizado na comunidade do Coque, na Ilha de Joana Bezerra, dentro da AMPAC – Associação de Mães, Pais e Adolescentes do Coque, um território marcado por resistência, potência cultural e fortes laços comunitários. Em ambos os espaços, desenvolvi ações, oficinas e observações que sustentam a reflexão proposta neste memorial.

Essas vivências confirmam que a Agroecologia, quando compreendida em sua dimensão integral, é capaz de atravessar cidades, corpos, histórias e gerações. É essa compreensão que orienta esta pesquisa: a de que cultivar vida não se limita à terra, mas também às pessoas e às memórias que nos conectam ao que fomos e ao que podemos ser.

A partir de agora, apresento as vivências que construí ao longo do meu percurso no BACEP, destacando, em cada semestre, uma temática que marcou profundamente minha formação e ampliou meu olhar sobre o território. Foram essas temáticas que me instigaram a pensar, sentir e atuar dentro e fora da universidade, permitindo-me compreender, com mais profundidade, as relações, dinâmicas e potências dos espaços que atravesso e que também me atravessam. Embora eu tenha escolhido aprofundar algumas delas neste memorial, é importante afirmar que todas as demais temáticas estudadas durante o curso tiveram papel fundamental na construção da profissional e da educadora que me tornei, cada disciplina, cada debate e cada experiência contribuíram, de forma única, para consolidar minha trajetória na Agroecologia.

2.2 PERCURSOS DA MINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Em dezembro de 2017 concluí o ensino médio, aos 17 anos, encerrando uma etapa importante da minha formação básica. A Agroecologia, no entanto, já se fazia presente muito antes dessa conclusão. Meu primeiro contato

significativo com essa área ocorreu através da minha mãe, que sempre foi uma grande referência na minha vida. Além de pedagoga, ela também se formou no curso técnico de Agroecologia pelo SERTA, um ano antes de eu ingressar na instituição. Foi a partir das vivências dela, das conversas cotidianas e do modo como ela entendia e se relacionava com a terra, com as plantas e com as comunidades, que comecei a perceber a agroecologia como um modo de vida, uma prática de cuidado e uma forma de se conectar com o território.

Em 2020, motivada por essa influência e pelo desejo de aprofundar meus conhecimentos, iniciei o curso técnico de Agroecologia no SERTA. Esse ingresso marcou um divisor de águas, pois me permitiu acessar conteúdos e experiências que dialogavam diretamente com aquilo que eu já observava e admirava dentro de casa. No mesmo período, iniciei também a Licenciatura em História na FAMASUL – Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul. Embora fosse um curso que despertava meu interesse e me proporcionasse aprendizados importantes, eu não me sentia completamente identificada com a área. Havia em mim uma inquietação persistente, uma sensação de que meu caminho acadêmico e profissional deveria seguir de forma mais direta pela Agroecologia. Assim, ao longo desse processo, o desejo de ingressar em uma graduação que refletisse melhor minha trajetória, minhas referências familiares e meus projetos de futuro foi crescendo e se tornando cada vez mais claro.

Em 2021, enquanto eu ainda vivia esse período de dúvidas e transições acadêmicas, minha mãe, mais uma vez sendo presença fundamental na construção dos meus caminhos, me enviou o edital de seleção para o Bacharelado em Agroecologia da UFRPE. Lembro bem da sensação de esperança que aquele documento despertou em mim. Era como se finalmente surgisse a oportunidade que eu esperava há anos: a possibilidade de estudar agroecologia de forma profunda, crítica e integrada, dentro de uma universidade pública.

Decidi me inscrever no processo seletivo e fui aprovada para ingressar no semestre 2020.2. Quando recebi o resultado, não hesitei em encerrar minha

trajetória na Licenciatura em História. Embora tivesse sido um período importante, eu sabia que meu caminho verdadeiro estava em outro lugar. Assim, tomei a decisão de realizar minha matrícula no BACEP, vendo naquele momento não apenas uma mudança de curso, mas uma mudança de percurso para o meu futuro. Mais uma vez, minha mãe foi essencial: me apoiou, me incentivou e celebrou comigo cada passo dado. Ela compreendia o tamanho do meu sonho e, de certa forma, também o compartilhava, já que nossa relação com a Agroecologia sempre esteve entrelaçada.

No Bacharelado em Agroecologia, a organização pedagógica, com base na Pedagogia da Alternância, é estruturada a partir de dois momentos fundamentais: as Vivências Universidade (VU) e as Vivências Realidade Campo (VRC). As VUs são períodos em que permanecemos dentro da UFRPE, participando de aulas, debates, oficinas e atividades que nos oferecem as bases teóricas e metodológicas necessárias para compreender a complexidade dos agroecossistemas. Já as VRCs representam a etapa em que todo esse conhecimento é levado para os territórios, sejam rurais, urbanos ou periurbanos, permitindo que cada estudante desenvolva práticas, pesquisas e intervenções diretamente conectadas com a realidade das comunidades. Nas VRCs, acompanhamos processos produtivos, investigamos dinâmicas sociais, fortalecemos vínculos com organizações e ampliamos nossa compreensão sobre a agroecologia enquanto prática social transformadora. Essa alternância entre VU e VRC não apenas articula teoria e prática, mas cria uma formação viva, em movimento, que nos desafia continuamente a aprender com o território e a dialogar de forma responsável e sensível com quem faz a Agroecologia no dia a dia.

Ao longo do curso, meu percurso esteve marcado por diferentes territórios de atuação, consequência direta da mudança de cidade que precisei enfrentar. Iniciei essa trajetória em meu território de origem, São Benedito do Sul, onde comecei a desenvolver as primeiras atividades. Quando me mudei para Recife, precisei buscar novos espaços para continuar atuando. Assim,

transitei pelo SAF da UFRPE, na Várzea, realizei atividades das VRC até mesmo nas casas de colegas de turma, e, por fim, encontrei no Berardo o território que adotei como meu. Foi no Berardo que permaneci do quarto período até a conclusão do curso, consolidando minha prática e construindo vínculos que marcaram profundamente minha formação.

Além das atividades regulares, as Imersões tiveram um papel fundamental na minha formação. Elas representam momentos intensos de convivência, estudo e troca nos territórios, possibilitando que cada estudante experimente na prática o que aprende teoricamente. As Imersões são, para mim, uma das maiores riquezas do curso, porque nos permitem compreender a agroecologia a partir de realidades diversas, seja observando a dinâmica de uma feira agroecológica, entendendo a organização comunitária em uma periferia urbana ou acompanhando o manejo de quintais produtivos e áreas de cultivo. É nesses momentos que os conteúdos ganham vida e sentido.

Outro elemento central desse processo são as culminâncias realizadas ao final de cada semestre. Elas funcionam como espaços de socialização e síntese, onde apresentamos nossos aprendizados por meio do diálogo entre teoria, prática e território. Nessas culminâncias, compartilhamos nossas leituras sobre os contextos vivenciados, as problematizações que surgiram durante o período e as perspectivas construídas a partir dos lugares onde atuamos. É uma devolutiva formativa tanto para a universidade quanto para os territórios, reafirmando a ideia de que aprender Agroecologia é também construir conhecimento coletivamente.

Dando continuidade à construção deste memorial, passo agora a apresentar minha trajetória acadêmica período a período, acompanhando o movimento formativo vivido ao longo do curso. Cada semestre do Bacharelado em Agroecologia trouxe temas centrais, experiências singulares e aprendizagens que dialogaram diretamente com minha história, com meu

território e com minha formação enquanto jovem negra, transgênero, educadora e futura profissional da Agroecologia.

Para tornar esse percurso mais claro, organizei a escrita de forma a evidenciar, em cada período, os principais componentes curriculares, os debates que marcaram a formação, as potências despertadas e os desafios enfrentados. Também incluirei as práticas vivenciadas durante as Imersões, nas quais tivemos contato direto com diferentes realidades, comunidades e concepções de agroecologia; e, por fim, as Culminâncias, momentos em que sintetizamos o aprendizado de cada semestre e apresentamos nossas leituras sobre os territórios, os conteúdos estudados e os caminhos formativos percorridos.

As temáticas que orientarão este memorial serão educação popular e educação das relações étnico-raciais. Como eixo articulador dessas discussões, apresento a extensão universitária, que esteve presente desde o início da minha trajetória acadêmica e desempenhou um papel essencial no meu processo formativo.

Foi por meio da extensão que pude refletir, vivenciar e compreender a importância de transformar conceitos acadêmicos em práticas concretas dentro das comunidades. Essa experiência não apenas ampliou minha visão sobre o papel social da universidade, como também reafirmou meu compromisso em construir uma educação que dialogue com os territórios, valorize saberes locais e contribua para a transformação social.

A partir deste ponto, passo a apresentar, de forma detalhada, os semestres que marcaram minha trajetória no Bacharelado em Agroecologia. Em cada etapa, destaco as temáticas, experiências, desafios e descobertas que mais me atravessaram e que contribuíram diretamente para a construção deste memorial. São vivências que não apenas ampliaram minha compreensão sobre a Agroecologia, mas também fortaleceram minha identidade, meus vínculos com os territórios e minha atuação como educadora social, transgênero e

mulher negra em movimento. É nesse percurso, que se revelam as raízes que sustentam minha formação acadêmica, política e humana.

2.1.1 JORNADA NO BACEP

O primeiro período do curso foi marcado pelo eixo temático “Conhecer o Etnoagroecossistema”, um momento inicial em que começamos a compreender a Agroecologia a partir das realidades concretas dos territórios, das famílias e das trajetórias que compõem o BACEP. Foi nesse semestre que fomos introduzidos ao entendimento de agroecossistemas não apenas como espaços produtivos, mas como expressões de cultura, memória, trabalho, relações sociais e modos de existir. Mesmo em um início ainda atravessado pelos impactos da pandemia da Covid-19, esse eixo possibilitou que cada discente começasse a identificar, analisar e valorizar as dinâmicas de seu território de origem.

Ao longo das atividades, cada estudante realizou um mapeamento do seu território, trazendo elementos como história local, modos de produção, práticas culturais, modos de vida das famílias, biodiversidade cultivada e nativa, desafios socioambientais e potenciais comunitários. Esse exercício se tornou fundamental para que a turma, mesmo à distância, pudesse mergulhar nas realidades uns dos outros, conhecendo diferentes regiões dentro e fora do estado, zonas rurais, comunidades tradicionais, periferias urbanas, pequenos sítios familiares, ocupações, assentamentos e bairros marcados pela luta por direitos. Assim, mesmo sem convivência presencial, fomos construindo uma leitura coletiva e ampliada de território, reconhecendo como cada um de nós carrega em si um conjunto de saberes, desafios e histórias que enriquecem o curso.

O segundo período do curso teve como eixo temático “Diagnosticar o Etnoagroecossistema”, um momento em que avançamos do reconhecimento inicial dos territórios para uma leitura mais profunda, crítica e detalhada das dinâmicas socioambientais, culturais, econômicas e políticas que compõem

cada realidade. Esse eixo marca a transição entre observar e compreender, convidando-nos a identificar problemas, potencialidades e relações que estruturam os territórios onde estamos inseridos.

No entanto, para mim, esse período também foi atravessado por desafios pessoais significativos. As demandas financeiras e a necessidade de garantir minha permanência enquanto jovem recém-chegada à capital e distante da família, me colocaram diante de decisões difíceis. Nesse contexto, precisei assumir um trabalho formal (CLT), o que acabou comprometendo minha possibilidade de acompanhar o ritmo do curso naquele momento. As atividades de VU, VRC, estudos e produções acadêmicas exigiam um tempo que, naquele momento, eu não conseguia oferecer.

Como consequência, não consegui avançar junto à minha turma inicial e acabei reprovando no segundo período. Esse acontecimento, embora difícil, se tornou um ponto de virada na minha trajetória acadêmica. Compreendi que permanecer na universidade é, para muitos de nós, também um ato de resistência, especialmente quando a permanência depende de trabalho, renda e estabilidade emocional.

Após a reprovação, precisei me afastar por um semestre para reorganizar minha vida, minhas condições materiais e minhas forças. Esse intervalo não representou uma pausa no aprendizado; ao contrário, foi um momento de amadurecimento, de respiro e de compreensão sobre os caminhos que eu queria seguir. Ao retornar, ingressei na turma que hoje está comigo, e recomecei o segundo período com um novo olhar, novas relações e um sentimento de replantio, como quem prepara novamente o solo para germinar.

Ao retornar para cursar novamente o segundo período, fui atravessada por uma experiência que reabriu caminhos e me devolveu o sentimento de renovação dentro do curso. A disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais, ministrada pelo professor Aristeu, foi um marco nesse recomeço. Foi através dela que me reconectei ao que me move, ao sentido de estar na

universidade e ao entendimento de que minha trajetória, enquanto mulher negra, também faz parte da Agroecologia que estamos construindo.

Essa temática me convocou a revisitar memórias, afetos e fissuras. Uma das atividades propostas consistia em relatar como cada estudante se reconhecia racialmente e em que momento passou a compreender sua identidade étnico-racial. Ao escrever essa reflexão, fui levada de volta à infância e à adolescência, momentos em que minha identidade enquanto jovem negra de pele clara era constantemente questionada, invisibilizada ou lida como insuficiente. Cresci escutando que eu era “clara demais pra ser negra e negra demais pra ser branca”, expressões que, de maneira sutil ou explícita, atravessam nossas subjetividades e moldam como ocupamos o mundo.

Percebi, naquele exercício, como a sociedade muitas vezes nos empurra para lugares de dúvida sobre quem somos, apagando histórias, raízes e pertencimentos. E compreendi também que reconhecer-me como mulher negra não era apenas um ato individual, era uma reconstrução política, ancestral e coletiva. Nesse sentido, a disciplina fez emergir algo que dialoga profundamente com a Agroecologia: a ideia de que identidade, território e memória caminham juntas. Assim como um agroecossistema precisa ser compreendido em sua complexidade, também nossas identidades são atravessadas por camadas de história, cultura, resistência e conflito.

Fui percebendo que, assim como na Agroecologia buscamos resgatar saberes tradicionais, fortalecer vínculos comunitários e nutrir aquilo que sustenta a vida, o processo de assumir minha identidade negra também era um resgate, um retorno às minhas raízes, às mulheres da minha família, aos territórios que me formaram e aos fios que teço todos os dias com as tranças. Por tudo isso, a disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais foi decisiva para o meu retorno. Ela me provocou, me fortaleceu e reacendeu em mim o sentimento de pertencimento ao curso. Foi um dos elementos que me fez voltar com intensidade, com mais consciência de quem eu sou e de qual Agroecologia quero construir: uma que abrace as identidades negras,

reconheça nossas histórias e afirme nossos territórios, inclusive aqueles que carregamos dentro de nós.

O terceiro período foi orientado pelo eixo “Planejamento no Etnoagroecossistema”, que trouxe uma compreensão mais ampla e estratégica sobre como organizar e fortalecer as experiências vividas nos territórios. Este eixo nos convidou a pensar a Agroecologia não apenas como prática, mas como processo de planejamento coletivo, uma construção que envolve leitura de realidade, tomada de decisão, autonomia e o protagonismo dos sujeitos que sustentam os agroecossistemas.

Dentro desse período, tive contato com uma temática que marcou profundamente minha formação: Extensão Rural, ministrada pelo professor Oskar Mosquera. Diferente das abordagens tradicionais que eu já havia vivenciado, sua perspectiva ampliou meu entendimento sobre o papel da extensão no desenvolvimento de territórios e na promoção da Agroecologia. O professor trouxe uma leitura que ultrapassava os limites do rural e incorporava de forma crítica e sensível as realidades urbanas e periurbanas, considerando seus aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Essa disciplina apresentou uma extensão rural mais humana, mais conectada com o cotidiano das pessoas, mais alinhada às demandas reais das comunidades, inclusive aquelas que, embora não sejam rurais, expressam formas de resistência, produção de vida e conhecimentos que dialogam profundamente com a Agroecologia. Uma das provocações mais marcantes foi compreender que a extensão também pode acontecer por meios contemporâneos, como as redes sociais, que se tornaram ferramentas potentes para comunicação, mobilização, formação e troca de saberes. Essa perspectiva dialogou muito comigo, por ser uma área pela qual sempre tive interesse e que sempre despertou minha criatividade e curiosidade.

A partir desse olhar ampliado, percebi que a extensão rural, e agroecológica, pode se reinventar, adotar outras linguagens, aproximar outras juventudes, dialogar com territórios periféricos e criar formas acessíveis de

compartilhar conhecimento. Foi nessa disciplina que senti crescer em mim o desejo de aprofundar temas relacionados à comunicação popular, educação social e às possibilidades de usar as tecnologias como instrumentos de transformação social dentro da Agroecologia.

Ainda nesse terceiro período, a experiência vivida em sala de aula e nos diferentes espaços formativos da universidade abriu caminho para um novo movimento na minha trajetória: o ingresso no meu primeiro projeto de pesquisa, vinculado ao PIBIC, sob orientação do professor Oscar. A proposta da pesquisa surgiu como uma continuação natural das inquietações que já vinham atravessando minha formação, especialmente em relação às comunidades quilombolas, sua relação com a Agroecologia e a força da oralidade enquanto prática educativa, cultural e política. Assim, esse período marcou não apenas a consolidação de conteúdos acadêmicos, mas também a descoberta de uma nova forma de produzir conhecimento, mais crítica, mais implicada e profundamente conectada à experiência.

O projeto, fundamentado em discussões ético-metodológicas, buscava compreender as práticas culturais e educacionais de quilombos a partir de suas expressões virtuais e reais. A análise das páginas Radio TV Quilombo, Horta do Preto e Roça de Quilombo ampliou meu olhar para as formas pelas quais a oralidade, os saberes tradicionais e a resistência política se atualizam no espaço digital. Ao mergulhar na reflexão de autores como Larrosa, especialmente em *Notas sobre a experiência e o saber da experiência* (2002), percebi o quanto o saber da experiência se torna central para compreender esses territórios, um saber que atravessa, transforma e desloca, exigindo abertura e sensibilidade para captar aquilo que não está dito apenas nas palavras, mas também nos gestos, nos silêncios e nos modos de viver. Foi nesse encontro entre teoria, cultura e vivência que a pesquisa ganhou corpo, destacando a potência da oralidade africana e afro-brasileira como fundamento de uma pedagogia que se enraíza no tempo, na memória e nas relações comunitárias.

Com duração de um ano, o PIBIC ultrapassou os limites do terceiro período e acompanhou meu crescimento acadêmico ao longo de etapas posteriores, mas é aqui que ele encontra seu ponto de partida. Iniciar essa pesquisa significou ampliar minha compreensão sobre território, identidade e resistência, ao mesmo tempo em que me aproximou dos debates sobre comunidade, imunidade e política. Assim, o terceiro período se encerra como um marco de transformações: foi quando a universidade deixou de ser apenas um espaço de aprender conteúdos e se tornou um espaço de produzir conhecimento, refletir sobre minha própria experiência e compreender a força política que existe nas narrativas, nas práticas e nas histórias contadas pelos povos quilombolas. Esse movimento consolidou não só meu interesse pela pesquisa, mas também minha responsabilidade ética diante dos saberes com os quais passei a dialogar.

Figura 3 - Apresentação do PIBIC



Fonte: Imagem Autoral (2024)

O quarto período marcou uma continuidade importante na minha formação, ao mesmo tempo em que abriu novas possibilidades de

compreensão sobre território, planejamento e ação no contexto dos etnoagroecossistemas. O eixo temático desse semestre, "Planejamento e Ação nos Etnoagroecossistemas" trouxe uma perspectiva mais profunda e aplicada sobre os modos de organização dos sistemas produtivos tradicionais, suas dinâmicas sociais e ecológicas, e a relação entre a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e os processos de construção da Agroecologia.

Nesse período, uma das temáticas que mais me atravessou foi Educação do Campo e Movimentos Sociais, trabalhada com a professora Gilvânia Vasconcelos. A disciplina apresentou uma compreensão ampliada sobre as lutas históricas pela educação no campo e sobre como os movimentos sociais constroem práticas pedagógicas que dialogam com seus territórios, culturas e modos de vida. A partir das leituras propostas, especialmente Cordeiro, Reis e Hage (2011), pude compreender a Pedagogia da Alternância como um fundamento central da Educação do Campo, uma pedagogia que integra, de forma orgânica, o tempo da escola e o tempo da comunidade, reconhecendo que o saber não se limita à sala de aula, mas nasce do trabalho, da vida e das relações com o território. As discussões trazidas por Arroyo (2014) também ampliaram meu olhar ao evidenciar como as *pedagogias da vida produtiva* revelam sujeitos historicamente invisibilizados e modos diversos de produzir conhecimento. Com a professora Gilvânia, entendi que a Educação do Campo é mais do que um modelo pedagógico: é um projeto político-pedagógico construído pelos movimentos sociais, como o MST, os movimentos quilombolas, os sindicatos e as organizações comunitárias, que desafia a lógica urbana, padronizada e distante das realidades rurais. Essa base teórica e metodológica foi fundamental para que eu pudesse reconhecer o campo como lugar de produção de saberes, resistência e autonomia, e para compreender que a educação agroecológica só se sustenta quando enraizada nos sujeitos e nos territórios que a constroem.

A disciplina nos convidou a olhar para a escola do campo não apenas como um espaço físico, mas como um território de resistência e disputa, onde

a luta por direitos, dignidade e permanência na terra se manifesta por meio de práticas educativas críticas e libertadoras. Discutimos como esses movimentos constroem pedagogias próprias, baseadas na coletividade, na ancestralidade, no trabalho, na territorialidade e na memória, e como essas práticas contribuem para fortalecer a autonomia das comunidades e a defesa de seus modos de vida. A partir desse encontro, pude reconhecer que a Educação do Campo se constitui como uma das bases mais potentes da Agroecologia, pois articula saberes, práticas e formações que emergem dos próprios sujeitos que vivem e constroem o campo todos os dias.

No quinto período, o eixo temático “Atuação no Etnoagroecossistema” trouxe uma dimensão mais prática e territorializada da formação, convidando-nos a compreender os modos de agir, intervir e fortalecer os sistemas socioprodutivos nos quais estamos inseridos. Se nos períodos anteriores o foco esteve em conhecer, diagnosticar, planejar e refletir, nesse semestre o desafio passou a ser atuar de maneira sensível, ética e responsável dentro dos territórios, reconhecendo suas dinâmicas, potências, fragilidades e formas próprias de organização.

Uma disciplina que me atravessou profundamente foi Direitos Humanos, ministrada pela professora Rebeca Oliveira. A partir dela, pude aprofundar meu olhar sobre o território em que atuo e compreender com mais clareza como as violações de direitos acontecem na prática, especialmente nas periferias e, sobretudo, sobre corpos jovens, negros e empobrecidos.

As discussões da disciplina evidenciaram que aquilo que muitas vezes é entendido como “falha individual” ou “dificuldade pessoal” é, na verdade, expressão direta das desigualdades estruturais que atravessam o país. Ao estudar documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal de 1988, percebi como princípios fundamentais, como o direito à dignidade, à igualdade, à educação, à saúde, à moradia e ao lazer, são sistematicamente negados a quem vive nas bordas da cidade. A disciplina também trouxe a importância de pensar os Direitos Humanos a partir de uma educação popular, entendendo-os não apenas como um conjunto de normas, mas como prática cotidiana de luta, denúncia

e mobilização coletiva. Inspirada por essa base teórica e pelos debates em sala, passei a enxergar o território com mais criticidade e sensibilidade, reconhecendo como a violação de direitos impacta a vida das crianças e jovens com quem trabalho, e como a Agroecologia, enquanto prática de cuidado, justiça e território, também pode ser uma ferramenta para reivindicar e defender esses direitos.

As discussões me permitiram compreender que a luta pelos direitos humanos no território é também uma luta por reconhecimento, por memória, por vida e por futuro. E foi a partir desse entendimento que pude relacionar ainda mais a Agroecologia com a defesa dos direitos humanos: ambos os campos buscam garantir condições dignas de existência, fortalecer sujeitos, preservar territórios e promover formas de viver baseadas na justiça, na solidariedade e na coletividade.

No sexto período, o eixo temático "Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema" trouxe uma proposta formativa que uniu prática, reflexão e produção de conhecimento. Esse eixo marcou uma virada importante dentro do curso, pois nos convidou não apenas a continuar atuando nos territórios, mas também a desenvolver a capacidade de analisar, interpretar e sistematizar essas vivências. A sistematização, nesse contexto, aparece como um processo fundamental para transformar experiências individuais e coletivas em aprendizados capazes de orientar ações futuras, fortalecer práticas agroecológicas e alimentar o diálogo entre universidade e comunidade.

No sétimo período, o eixo temático Avaliação e Sistematização no Etnoagroecossistema marcou um momento em que a formação começou a ganhar contornos mais definitivos. Era como se cada disciplina, cada debate e cada vivência acumulada ao longo dos semestres anteriores finalmente comesçassem a se entrelaçar, formando um mosaico mais nítido da trajetória que eu estava construindo dentro da Agroecologia.

A partir daqui, eu já sentia o peso, e ao mesmo tempo a maturidade, de estar avançando para a reta final do curso. O ESO exigia não apenas escolher um território ou instituição para realizar as atividades, mas também tomar uma decisão que iria me

acompanhar tanto no ESO 1 quanto no ESO 2 e, principalmente, no processo de escrita do memorial: escolher minha orientadora de estágio.

Rebeca foi minha docente na temática de Direitos Humanos, e desde as primeiras aulas ela trouxe uma abordagem que me atravessou de maneira intensa. Chegou falando sobre acesso, garantia de direitos, desigualdades estruturais, violência nos territórios, justiça social, proteção e vulnerabilização, e tudo isso dialogava diretamente com a minha história e com os territórios nos quais transitei. Sua forma de conduzir os debates, sempre com firmeza, sensibilidade e profundidade, me fazia compreender que falar sobre direitos humanos não é algo distante da Agroecologia, pelo contrário, é parte central da luta pela vida, pela dignidade e pela permanência das comunidades, especialmente quando pensamos nos corpos negros, periféricos e historicamente marginalizados.

Eu sabia que precisava de alguém como ela para estar comigo nessa etapa. Alguém que tivesse um olhar atento às questões sociais, que compreendesse a complexidade dos territórios periféricos e que valorizasse a potência das histórias que surgem desses espaços. Eu queria me aprofundar nos debates que ela trazia para a sala de aula, e, mais do que isso, queria alguém que pudesse caminhar comigo na construção de uma pesquisa que unisse Agroecologia, Direitos Humanos, território, identidade e transformação social.

Ao iniciar o ESO 1 com a orientação da professora Rebeca Duarte, senti que aquela etapa não seria apenas um requisito curricular, mas um mergulho profundo na minha própria trajetória, no meu território e nos sentidos que me atravessam enquanto educadora social e estudante de Agroecologia. A escolha pela ONG Casa da Comunidade do Berardo como campo de estágio não foi apenas coerente, mas necessária. Esse território não é externo a mim: faz parte da minha história, do meu corpo e da minha caminhada. Há três anos, atuo na ONG como educadora social, convivendo com crianças, jovens e adultos em processos educativos que sempre dialogaram com cultura, identidade, autoestima, resistência e pertencimento. O Berardo é minha escola, meu laboratório vivo, meu chão. E realizar o estágio nesse território foi a possibilidade de reconhecer que aquilo que faço cotidianamente já é, profundamente, agroecológico, porque é educativo, comunitário, afetivo e territorial.

Dentro dessa perspectiva, o estágio foi estruturado a partir de eixos que conversam diretamente com a realidade da comunidade: ancestralidade, oralidade, tranças como memória viva, território, agroecologia e os impactos socioambientais nas periferias. Esses elementos foram definidos em diálogo com minha orientadora e com a supervisora de campo da ONG, formando o que chamo de uma prática pedagógica comprometida com a vida. Cada atividade planejada e realizada carregava não apenas intencionalidade pedagógica, mas também um compromisso ético com a história e com as lutas daquele território.

Nesse sentido, o ESO 1 é mais do que um instrumento avaliativo: é um espaço de troca, onde levamos a universidade para dentro do território e trazemos o território para dentro da universidade. Foi nesse movimento que construí a proposta geral: criar um espaço educativo que valorize a identidade negra e os saberes populares por meio de vivências integradas conectando agroecologia, tranças, território e ancestralidade.

A partir desse objetivo central, surgiram metas específicas voltadas a reconhecer estética, cultura, impacto ambiental, cuidado coletivo e práticas pedagógicas baseadas no corpo e na oralidade. Como aponta Nilma Lino Gomes, em *Sem perder a raiz* (2005), o corpo negro é território de memória, identidade e resistência, carregando marcas históricas e culturais que ensinam, narram e educam. Para a autora, é impossível pensar processos formativos dissociados das experiências corporais e da oralidade, pois é por elas que se transmitem saberes, valores e modos de existir que sustentam a vida das comunidades negras. Assim, inspirada por essa perspectiva, compreendi que trabalhar com as crianças a partir do corpo, da fala, do gesto, da estética e da ancestralidade era também afirmar uma pedagogia enraizada em suas histórias, uma pedagogia que, como diz Nilma, “não perde a raiz”, mas a fortalece na relação entre território, memória e educação.

O ESO 1 me permitiu compreender que sistematizar é também um ato político, porque é escolher narrar nossas experiências com profundidade, respeitando a voz dos sujeitos e reconhecendo a legitimidade dos saberes que emergem das periferias. Concluir essa etapa, orientada por uma professora que tem um olhar sensível e politizado sobre direitos, território e justiça social, foi reafirmar que minha trajetória

dentro do BACEP é também uma trajetória de reencontro com minha própria identidade e com as lutas que atravessam os espaços onde eu piso.

Ao final do processo, percebi que o estágio não se limitou a observar ou executar tarefas. Ele me transformou, assim como afirma Larrosa, quando diz que a experiência é aquilo que *“nos alcança, nos tomba e nos modifica”* (LARROSA, 2002). Assim, compreendi que viver o estágio foi deixar-me atravessar pelo território, pelas pessoas e pelos encontros que fizeram parte dessa caminhada, permitindo que a prática se tornasse, de fato, experiência formadora.

Resultados do Estágio e Contribuições Formativas - ESO I

As ações desenvolvidas ao longo do estágio evidenciaram que a Agroecologia, quando articulada à educação popular, pode produzir aprendizagens significativas, incentivar vínculos comunitários e fortalecer processos de formação humana integral. As atividades propostas mobilizaram as crianças a refletirem sobre seu território, suas identidades e seus modos de viver, demonstrando que a Agroecologia se expressa tanto na relação com a natureza quanto no cuidado com o corpo, com a memória e com a coletividade.

A primeira atividade, centrada no debate sobre problemas ambientais na periferia, revelou-se um espaço potente de análise crítica. A partir dos vídeos, as crianças identificaram, nomearam e compararam injustiças ambientais presentes em seus cotidianos, mostrando que a educação ambiental, quando situada no território, favorece a leitura de mundo e a compreensão das desigualdades socioambientais. A construção de cartazes consolidou esses saberes por meio da expressão visual. Já na roda *“Cuidar da Terra é Cuidar do Corpo”*, foi possível aproximar conceitos da Agroecologia da realidade das crianças, articulando alimentação, autocuidado e identidade. A compreensão de que corpo e território são dimensões interligadas ampliou o olhar das crianças para práticas de cuidado que fazem parte de suas rotinas, fortalecendo vínculos consigo mesmas e com a comunidade.

Outro resultado significativo surgiu na atividade de Cartografia Afetiva, que favoreceu a construção de mapas simbólicos capazes de revelar como as crianças se relacionam com o território a partir de lugares de memória, afeto e convivência. Ao

compartilharem saberes aprendidos com pessoas mais velhas, demonstraram como a oralidade e a troca intergeracional continuam sendo pilares essenciais na formação comunitária, um princípio que dialoga diretamente com a agroecologia enquanto prática que valoriza saberes ancestrais. A oficina “As Raízes do Meu Cabelo” reforçou essa percepção ao trabalhar estética negra, ancestralidade e autoestima, evidenciando que o corpo é também solo de resistência, cultura e vida. As discussões sobre pertencimento e autocuidado revelaram um avanço significativo na maneira como as crianças compreendem suas identidades e reconhecem suas histórias.

A roda sobre mulheres negras gerou impactos profundos, permitindo que as crianças reconhecessem referências femininas de força e sabedoria dentro e fora da comunidade. A conexão com a Agroecologia se deu na valorização das mulheres como guardiãs de saberes, cuidadoras dos territórios e agentes de transformação social. A saída pedagógica reforçou esses aprendizados ao mostrar que a Agroecologia é também urbana e pode florescer em espaços pequenos. A observação direta da natureza possibilitou que as crianças associassem teoria e prática, ampliando seu entendimento sobre sustentabilidade ambiental.

A atividade “Agroecologia Não é Só Cultivo” consolidou essa visão ampliada e crítica, permitindo que as crianças identificassem práticas agroecológicas já presentes em suas vidas, desde o cuidado com alimentos até a solidariedade entre vizinhos. A educação para o uso sustentável da água, realizada em parceria com a COMPESA, acrescentou uma dimensão essencial ao estágio, mostrando, de forma lúdica e pedagógica, que o uso responsável da água é um direito coletivo e uma prática diária de cuidado com a vida. Aprender sobre o ciclo da água e o impacto do desperdício ajudou as crianças a compreender que sustentabilidade é corresponsabilidade.

A roda “O que aprendi sobre agroecologia” representou um dos momentos mais ricos do processo. Ao sintetizarem coletivamente seus aprendizados, as crianças demonstraram uma compreensão plural da Agroecologia, reconhecendo dimensões como alimentação saudável, racismo ambiental, estética negra, ancestralidade e cuidado com o território. Os cartazes e as palavras-chave produzidos revelaram que a proposta do estágio não apenas transmitiu conhecimento, mas formou pensamento crítico.

O estágio também se fortaleceu nas reuniões e espaços de diálogo com a equipe pedagógica da instituição, da qual já faço parte enquanto educadora. Esses encontros permitiram avaliar o andamento das atividades, refletir coletivamente sobre os desafios e potencialidades do processo educativo e planejar as ações seguintes de forma integrada. A escuta entre educadoras, a troca de percepções e o alinhamento das práticas reforçaram que a educação, assim como a Agroecologia, é construída em rede, baseada na corresponsabilidade, na cooperação e na construção coletiva do cuidado.

A participação na oficina de Comunicação Popular da Cáritas ampliou ainda mais o alcance do estágio ao introduzir práticas de teatro, fanzine, rádio e audiovisual como ferramentas de expressão crítica. Ao produzir narrativas sobre seus territórios, as crianças exercitaram autonomia, criatividade e protagonismo, fortalecendo sua identidade e sua capacidade de leitura e transformação do mundo. Essa vivência dialogou diretamente com o princípio agroecológico da soberania dos saberes, reconhecendo que cada sujeito tem o direito de contar sua própria história.

Todos esses resultados só foram possíveis porque minha formação acadêmica no BACEP me preparou para conduzir práticas educativas enraizadas no território, nos saberes populares e nos princípios da agroecologia. A Pedagogia da Alternância, vivenciada entre VRCs e VUs, me ensinou a olhar o território como sala de aula e a valorizar as experiências das pessoas como conhecimento legítimo.

Figura 4 - As raízes do meu cabelo.



Fonte: Imagem Autoral

Figura 5 - O poder de mulheres negras.



Fonte: Imagem Autoral

Com o eixo Sistematização no Etnoagroecossistema, chego ao oitavo e último período com o coração transbordando entre alegria, ansiedade e sensação de fechamento de ciclo. A ideia de realizar o segundo estágio supervisionado e, ao mesmo tempo, construir o memorial, provocava em mim um misto de medo e

confiança, mas havia algo que eu já sabia desde o início: por mais desafiadora que fosse a caminhada, ela daria certo.

Nesse semestre, o eixo se materializou essencialmente em duas frentes formativas centrais: o ESO 2, como campo de prática, e a disciplina optativa de Feminismo, gênero e interseccionalidade, como base teórica e política que atravessou toda a experiência. O ESO 2 representava não apenas o cumprimento de uma exigência curricular, mas a possibilidade concreta de compreender, na prática, como a Agroecologia se expressa nas relações, nos territórios e nos modos de organizar a vida. Foi nesse contexto que escolhi a AMPAC – Associação de Mães, Pais e Adolescentes do Coque, como campo de estágio, uma decisão profundamente atravessada pela minha experiência anterior em territórios periféricos e pelo desejo de ampliar meu olhar sobre agroecologia urbana, economia solidária e organização comunitária.

A AMPAC, localizada na comunidade do Coque, é um espaço construído majoritariamente por mulheres negras periféricas, que desde 2009 desenvolvem ações voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais e à promoção de autonomia, cuidado, educação e organização popular. Ao longo do estágio, pude me inserir em diferentes frentes: participei de planejamentos coletivos; integrei reuniões ligadas à Marcha Mundial das Mulheres; acompanhei oficinas de beneficiamento de óleo; realizei visitas domiciliares para construção do projeto de hortas de plantas medicinais; e colaborei com a elaboração de estratégias de comunicação para fortalecer a economia solidária da associação. Cada uma dessas vivências revelou, de forma muito concreta, como a agroecologia ultrapassa a ideia de cultivo e se manifesta como prática de vida, no cuidado com o outro, na construção coletiva, na partilha de saberes e na reafirmação da dignidade das mulheres. Mesmo com as limitações enfrentadas pela reforma da sede durante todo o período, o estágio se consolidou como uma experiência profundamente formativa, exigindo de mim flexibilidade, escuta e respeito ao ritmo da comunidade.

Outro elemento fundamental desse processo foi a supervisão realizada pela professora Andrea Zarzar, com quem já havia compartilhado vivências marcantes na disciplina optativa sobre Feminismo, gênero e interseccionalidade, também cursada

nesse último período. Foi justamente a partir das reflexões trazidas por ela — sobre as múltiplas formas de opressão que atravessam os corpos das mulheres, sobre as estratégias de resistência construídas nos territórios, e sobre a potência política do cuidado, que nasceu em mim o desejo de estagiar em uma instituição como a AMPAC. Andrea nos instigou a pensar o feminismo desde a base, desde a vida concreta das mulheres que organizam comunidades inteiras e sustentam redes de proteção social. Essa abordagem dialogava diretamente com aquilo que eu buscava aprofundar e com o modo como compreendo a Agroecologia: como prática feminista, comunitária e territorializada.

Durante esse período também integrei a organização da atividade de extensão ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL DA DIÁSPORA NEGRA - AÇÃO PRÉ-MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, realizada na UFRPE. A atividade abriu um espaço profundamente educativo e político que ampliou minha compreensão sobre território, corpo, raça, gênero e resistência. Estar em diálogo com mulheres negras de diferentes organizações e comunidades permitiu enxergar, com ainda mais nitidez, como nossas realidades são atravessadas pelas desigualdades estruturais, mas também por estratégias coletivas de enfrentamento e cuidado. Esse encontro reafirmou em mim a importância da mobilização social, da escuta sensível e da construção de redes de apoio entre mulheres, elementos que atravessaram diretamente meu estágio na AMPAC e fortaleceram minha formação enquanto educadora e futura profissional da Agroecologia. Participar da análise de conjuntura me fez compreender que a Agroecologia, enquanto prática política e feminista, nasce também dessas leituras coletivas do mundo, dessas partilhas de experiências e da coragem de transformar o cotidiano a partir da resistência das mulheres negras.

Resultados do Estágio e Contribuições Formativas - ESO II

O estágio realizado na AMPAC possibilitou a construção de resultados significativos, tanto para a instituição quanto para minha formação acadêmica, política e humana. A inserção nas práticas cotidianas da organização permitiu compreender, de forma profunda, como a agroecologia se materializa no contexto urbano periférico, não apenas por meio de hortas ou práticas ambientais, mas sobretudo nas relações de cuidado, solidariedade, autogestão e resistência protagonizadas pelas mulheres

da comunidade. A participação nos planejamentos coletivos, nas reuniões da Marcha Mundial das Mulheres, nas oficinas de beneficiamento de óleo e nas visitas domiciliares para desenvolvimento do projeto de hortas mostrou que a Agroecologia é, antes de tudo, um modo de organizar a vida em coletivo, criando redes de apoio e estratégias comunitárias de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e raciais.

Entre os resultados mais expressivos está o fortalecimento das ações de organização comunitária e economia solidária dentro da AMPAC. Minha colaboração na construção de estratégias de comunicação e na sistematização das experiências em andamento contribuiu para ampliar a visibilidade das práticas realizadas pelas mulheres da associação, especialmente no que diz respeito ao artesanato, às feiras e ao projeto das hortas de plantas medicinais. Além disso, o estágio permitiu consolidar diálogos importantes sobre soberania alimentar, cuidados coletivos, memória, ancestralidade e práticas feministas que emergem do território. Mesmo diante das limitações estruturais trazidas pela reforma da sede, as atividades desenvolvidas reforçaram o compromisso ético e político da associação e possibilitaram criar bases para ações futuras, respeitando o ritmo da comunidade e o protagonismo das mulheres envolvidas.

No campo formativo, o estágio representou uma oportunidade de síntese entre teoria e prática. Os debates trazidos pela professora Andrea, sobre feminismo, gênero e interseccionalidade, forneceram a base ética e metodológica que orientou minha atuação, permitindo que eu enxergasse a Agroecologia como campo de luta feminista, de defesa da vida e de reorganização social. A participação na Análise de Conjuntura da Marcha das Mulheres Negras, realizada na UFRPE, ampliou ainda mais essa compreensão. Ali, percebendo a potência política das leituras coletivas da realidade, pude compreender como território, corpo, raça e gênero se entrelaçam nas experiências das mulheres negras e como esses atravessamentos precisam ser considerados no trabalho comunitário. Essa vivência, articulada ao estágio, fortaleceu minha identidade enquanto educadora e reafirmou meu compromisso em atuar em territórios periféricos com responsabilidade, sensibilidade e consciência política.

Assim, os resultados do ESO 2 ultrapassam a dimensão operacional das atividades realizadas. Eles se expressam na ampliação do meu olhar, na capacidade de sistematizar experiências, na construção de vínculos, no amadurecimento político e no fortalecimento de uma postura ético-afetiva diante do território. O estágio consolidou a compreensão de que a Agroecologia é um projeto de sociedade — feminista, comunitário, antirracista e profundamente comprometido com a dignidade das pessoas. Essa experiência não apenas encerra um ciclo da formação, mas inaugura novas possibilidades de atuação, resistências e sonhos.

Figura 6 - Reunião AMPAC, junto com a Marcha Mundial de Mulheres



Fonte: Autoria própria

CONCLUSÃO

Encerrar este memorial é, antes de tudo, reconhecer que minha trajetória no BACEP foi tecida por muitas mãos, histórias, territórios e encontros. Cada semestre, cada disciplina, cada estágio e cada espaço comunitário que adentrei contribuíram para moldar não apenas a educadora que sou hoje, mas também a mulher, a militante e a filha de um povo que resiste. Ao revisitar meu percurso, compreendo que a

universidade não foi para mim apenas um espaço de formação acadêmica, mas um território de reconstrução identitária, de enfrentamento e de reafirmação política.

A Agroecologia, que inicialmente me chegou pela voz e pela vivência da minha mãe, foi ganhando corpo e sentido complexidade ao longo desses anos, tornando-se lente e prática para enxergar o mundo. Aprendi que ela não está apenas no plantio ou na terra, mas também nas relações, nos modos de existir, nas redes de solidariedade, nas estratégias de vida das periferias, na luta das mulheres, nos saberes ancestrais que atravessam gerações. Assim como aprendi que educar é reconhecer os sujeitos e seus territórios como produtores de conhecimento, é valorizar a experiência e o coletivo, é tensionar injustiças e construir resistências. Tudo isso se reafirmou nos estágios, no Berardo e no Coque, onde descobri que a educação só faz sentido quando está mergulhada na realidade e no afeto.

Ao finalizar este trabalho, não encerro apenas um ciclo acadêmico: celebro uma jornada marcada por coragem, persistência e ancestralidade. Levo comigo cada aprendizado, cada vivência e cada pessoa que cruzou esse caminho e me ajudou a permanecer, apesar das ausências de suporte institucional, das dificuldades financeiras, das incertezas e do cansaço. Hoje, olho para trás com orgulho e para frente com esperança — sabendo que quem venho me tornando nasce da terra, do território, das mulheres que me antecedem, das crianças que me ensinaram a ensinar e dos movimentos que me impulsionam a seguir. Concluo este memorial com o coração firme e agradecido, consciente de que esta trajetória não se finda aqui: ela se expande. Continuo caminhando, agora ainda mais fortalecida, para seguir contribuindo com os territórios, com as lutas coletivas e com os processos de educação e transformação que acredito e sonho.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel G. As pedagogias da vida produtiva. In: *Outros sujeitos, Outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 85–92.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida: cotidiano e saberes da pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115–125, abr. 2011. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/PEDAGOGIA-DA-ALTERN%C3%A2NCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: GERALDI, João Wanderley (org.), 2002.